



PARA ALÉM DO NEOLIBERALISMO: A TEORIA ENQUANTO APORTE E SUPERAÇÃO DAS RELAÇÕES FUNDADAS NA BARBÁRIE (PRIMEIRAS REFLEXÕES)

Maria Aparecida de Queiroz

Prof^ª do Departamento de Educação da UFRN

cidinha@ufrnet.br

RESUMO

Discute este ensaio sobre os pressupostos do ideário neoliberal que orientam as relações socioeconômicas, políticas e culturais fundadas no paradigma do mercado enquanto uma das principais dimensões da vida social. Analisa a expansão desse ideário e algumas práticas nas quais se configuram as relações sociais e políticas que se aproximam do estágio da barbárie. Evidências de perversidade são demonstradas sobretudo nos altos índices de desemprego, na violência, nas privatizações de setores e serviços essenciais, cujas conseqüências sacrificam ainda mais os trabalhadores e não poupam sequer as elites dirigentes e o empresariado. No caso brasileiro, assim como de outros países da América Latina, paira uma profunda insatisfação com os ditames neoliberais, o que tem levado a manifestações de revolta e à busca de novas estratégias para superar esse estágio em que o neoliberalismo venha a ser superado, sendo substituído por um ideário e por práticas mais justas.

Palavras-chave

Estado; neoliberalismo; superação.

RESUMÉ

L'Essai fait le point sur les pressuposés de l'idéologie néolibérale qui guident les rapports socio-économiques, politiques et culturels basés sur le paradigme du marché, en tant que chef de file de la vie sociale. Il fait l'analyse de l'expansion de quelques pratiques où les rapports sociopolitiques du néolibéralisme s'approchent de la barbarie, en évidence, tout particulièrement, dans les hauts taux du chômage, de la violence, dans la privatisation de secteurs et services essentiels, au détriment des travailleurs et, parfois même, sans épargner les entrepreneurs. Au Brésil et, d'une façon générale dans les pays d'Amérique Latine, augmente l'insatisfaction vis-à-vis les directives néolibérales, engendrant des soulèvements et émeutes, et une quête sans souci de nouvelles stratégies pour remplacer ce modèle si pervers de société, par des pratiques sociales plus justes.



A temática que nos é proposta para discussão intitulada *Para além do neoliberalismo: a teoria enquanto aporte e superação das relações fundadas na barbárie*, insere-se no debate atual sobre questões que envolvem a vida em sociedade. Nelas se destacam o Estado, as políticas sociais e o mundo do trabalho (GERMANO, 1998, p.1).

Não é demais lembrar que tanto pela natureza quanto pelas evidências de perversidade movidas pelo neoliberalismo - no âmbito econômico, político e social - esse ideário e suas práticas tendem a *declinar em sua versão original*. Para além desse neoliberalismo, que respostas se impõem às questões sobre as quais nos indagamos? Em que conjuntura(s) política, econômica, social poderá (re)nascer, podendo também vir a definhar?

1. ANTECEDENTES

Antes de entendermos o *novo* (neo), lembremos alguns traços da matriz que inspirou o neoliberalismo: o liberalismo. Segundo Bobbio (1990, p.7), *por 'liberalismo' entende-se uma determinada concepção de Estado, na qual o Estado tem poderes e funções limitadas, e como tal se contrapõe tanto ao Estado absoluto quanto ao Estado que hoje chamamos de social* (grifos nossos). Para elucidar os limites do liberalismo, o autor apresenta o contraponto entre esse Estado (liberal) e a *democracia*, entendida como *forma de governo que insere a maior parte das pessoas, ao contrário das formas autocráticas como a monarquia e a oligarquia*.

Ressalta o autor que o Estado liberal, impondo *limites* à participação do governo (portanto à democracia), pressupõe que um governo democrático não deveria impulsionar as regras desse ideário, ainda que o comprometa, sob pena, o Estado à crise, conforme aconteceu com o *liberal clássico*.

Na última década que marca a transição entre o século XIX e o século XX (aproximadamente até 1920) ante a *pujança do socialismo*, desenvolve-se um intenso debate paradigmático, notadamente em algumas Universidades européias e norte-americanas. Destacam-se os estudos de Viena (Áustria), Frankfurt (Alemanha), sobretudo em torno do pensamento marxista hegemônico; Chicago (Estados Unidos da América do Norte), desencadeando-se controvérsias teórico-metodológicas que ainda perduram.

O ideário e as práticas neoliberais se delineiam no contexto de um intenso debate desenvolvido antes, durante e após a primeira Grande



Guerra Mundial (1914-1918), tendo suas raízes históricas na Áustria de então. Do ponto de vista político, por volta de 1915, já se configurava, no interior da social-democracia austríaca, *uma oposição de esquerda consolidada no Manifesto dos Internacionalistas da Áustria aos internacionalistas de todos os países* (MARRAMAIO, 1985, p.281)⁽¹⁾. As condições políticas internas e internacionais, de resto, eram excessivamente tensas e dramáticas (...) (p.279), requerendo dos social-democratas austríacos novas condutas⁽²⁾.

Com a Revolução Russa de 1917 instaura-se uma nova ordem mundial; é traçado um novo mapa físico-político com nítida demarcação entre o *bloco socialista* e o *bloco capitalista*. Diante dessa realidade, matizes ideológicos múltiplos contornavam tanto as idéias das esquerdas (pró-socialismo) quanto da direita (pró-capitalismo). Sob esse mapa é que identificamos os defensores de um neoliberalismo reconhecido como filho legítimo do modo de produção capitalista moderno. Therborn (1995, p.39) o define como uma *superestrutura ideológica e política que acompanha uma transformação histórica* desse capitalismo.

58

O principal expoente das idéias e das práticas fomentadas pelo neoliberalismo é o austríaco – filósofo e economista - **Frederik Von Hayek**.⁽³⁾ Sua trajetória intelectual desencadeia-se por volta dos anos 20 e 30, em meio ao debate entre socialistas e liberais. Tendo Viena como sua pátria, o neoliberalismo parte da idéia de *recuperação e renovação do liberalismo do livre mercado e da derrota do socialismo* (...) (HILARY, 1998, p.41).

Hayek define suas proposições apoiando-se na crítica às hipóteses positivista e socialista subjacentes à maior parte das políticas de reformas socialistas ou sociais. Considera o caráter peculiar e único do conhecimento prático cotidiano, trabalhando com a hipótese de que todo conhecimento social e econômico relevante pode, em princípio, ser centralizado, e assim orienta todas as formas de organização do Estado socialista (idem, p.25). Seguindo essa abordagem do conhecimento sustenta a crença no Estado como o principal, e às vezes único, agente de justiça social. A partir desses pressupostos mostra-se contrário à intervenção do Estado na Economia e, por conseguinte, que promova políticas amplas de cunho social, tal como o faz o Estado de bem-estar social (idem, p.40).

Segundo a lógica neoliberal, a ordem do mercado é construída por milhões de decisões individuais, milagrosamente coordenada através



... do mecanismo dos preços. Tal ordem poderia ser afetada, caso recebesse qualquer tipo de intervenção quer por parte dos sindicatos, ou de um Estado autoritário de engenharia social etc.

Com esses argumentos o ideário neoliberal vai ganhando simpatia dentro e fora da Europa. Torna-se conhecido, expandindo-se em alguns momentos de tranqüilidade (ainda que aparente) e renascendo em outros marcados por crises. Ao final dos anos setenta e início dos anos oitenta é recebido, com aplausos, por governantes de países como a Inglaterra, com Margaret Thatcher, e nos Estados Unidos da América, no governo de Ronald Reagan. Na Europa estes são os primeiros a aderir ao ideário e às práticas neoliberais. Continente Latino-Americano, a começar pelo Chile na era Pinochet,⁽⁴⁾ depois o México, Argentina, Brasil, Venezuela, Paraguai, Uruguai, Peru, Bolívia - todos ingressaram no caminho da servidão.

É assim que o neoliberalismo vai ganhando espaço, em momentos de crises político-institucionais e/ou econômicas marcadas sobretudo por governos ou regimes autoritários dispostos a sacrificarem a Nação em favor do capital e dos seus proprietários. Na verdade o neoliberalismo ganhou o seu mais intenso impulso no auge das transformações dos sistemas econômicos em escala mundial, durante os anos oitenta, e em meio aos acontecimentos que desmontaram o socialismo real (na Alemanha e na União Soviética). Vistos de forma apaixonada, tanto pelos setores de direita quanto de esquerda, vieram a suscitar inúmeras questões.

O colapso das economias socialistas dominadas pelo Estado, ou mesmo o governo social-democrata caricaturado como propagador do controle do Estado, podem ter produzido essa metamorfose do mercado como algo sagrado e ideal (HILARY, 1988, p.11). Esse fato torna-se a base intelectual do neoliberalismo, fornecendo uma justificativa ideológica do mercado como uma preciosa forma de ordem social. Os pressupostos do neoliberalismo vão ganhar espaços no vazio deixado pelas idéias das esquerdas, sustentando os argumentos dos políticos (idem, p.10).

Uma dificuldade para entendermos, enfrentarmos e superarmos as armadilhas neoliberais consiste em que, apesar de seus pressupostos e de suas práticas estarem bem delineadas no âmbito da vida política, econômica, social, cultural, aparecem sob a forma de neutralidade ideológica. Disfarçam, assim, as estruturas e as práticas políticas que propõem; os processos e as relações de produção que pretendem transformar. Isso se torna claro nas



políticas de desregulamentação do mercado, privatização, macroeconomia monetarista, legislação anti-sindicalista e inscreve-se na justificativa de modernização, entendida, pelos políticos, como uma resposta às exigências da globalização (HILARY, 1998, p.9).

2. NEM TUDO QUE É BOM PARA O CAPITAL É BOM PARA OS CIDADÃOS

Temos consciência de que no atual processo de globalização, não apenas a economia se internacionaliza, ultrapassando as fronteiras das Nações; os poderes, antes centrados nos Estados nacionais, se tornam supranacionais, ignoram o princípio da Nação e formam '*estruturas mundiais de poder*', tais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) (GERMANO, 1998, p. 1). Além desses, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ao lado dos grandes conglomerados – nacionais, e/ou multinacionais – os blocos econômicos, dirigidos por comissões transnacionais, também funcionam como suprapoderes desse sistema.

60 Uma nova base técnica de produção, movida pela eletroeletrônica, articula-se aos avanços que se evidenciam nos meios de informação e de comunicação, mobilizando e transformando concepções, valores, modos de vida e, sobretudo, as relações de poder político, econômico e social. Reforçam-se, assim, as *estruturas* globais e se esvaziam o Estado Central, e os seus governantes, de poderes e atribuições históricas (BRUNO, 1997, p.22).

Nessa engrenagem, em que se entrelaçam poderes concretos e virtuais (instituições, empresas, pessoas) – através da *fibra ótica*, internet, telefonia móvel - o indivíduo (empresário, consumidor) é *atomizado*, essencialmente *a-associal*, logo, colocado fora do alcance do social. Vistas sob esse prisma, as políticas sociais são orientadas pelo princípio da moralidade e não pelo dos direitos. No patamar da moral os políticos interferem, diretamente, na definição de políticas para atender a interesses de grupos e situações específicas, fazendo vencer o mecanismo do favor, conforme conhecemos sobre as históricas políticas sociais no Brasil.

As políticas sociais no Brasil, de longas datas, as atuais especialmente, vêm sendo marcadas pelo caráter *localizado* em setores mais pobres da população. São justificadas pelo atendimento às demandas



criadas pela falta de políticas de Educação não satisfatórias mas que, de fato, deveriam ter sido desenvolvidas a contento, de modo a atender aos direitos dos cidadãos.

Nesse particular, quem se dedica aos estudos na área de política educacional enfrenta a árdua tarefa de identificar o profícuo elenco de programas voltados para superar as deficiências desse setor produzidas ao longo da história. Educação de adultos, formação de professores, formação de gestores e recentemente os programas voltados para o ensino médio dão mostra dessa abundância.

Seguindo a lógica da modernidade, o atual governo brasileiro tem fomentado o desenvolvimento de programas de incentivo à educação a distância, através do uso, na escola, da TV, do vídeo-cassete, do vídeo-educativo, além do uso de computadores e material bibliográfico. Louvável a iniciativa, se não soubéssemos que parte significativa da mesma é orientada, sobretudo, para atender aos interesses do capital internacional, que financia e tutela a Educação através de acordos de empréstimos firmados entre o governo brasileiro e o Banco Mundial assim como entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (TOMMASI, 1998; QUEIROZ, 1997; CABRAL NETO, 1995).

Ao lado de programas educativos, temos aqueles que suprem as deficiências alimentares (o programa do leite, a cesta básica) e o caçula nessa maratona: o Bolsa Escola. Todos assegurados pelo argumento do mercado (neoliberal) e apresentados, na mídia, como *salvadores* da pobreza, daquele indivíduo que tem de vencer com o seu próprio esforço e que só não se salvará se não quiser, uma vez que o governo está fazendo a sua parte.

Em torno desses argumentos e das práticas correntes, desenvolve-se a retórica *de que o indivíduo sabe o que é melhor para si*. É o indivíduo e são as instituições, individualmente (família, diretor, professores), que sabem o que é melhor para seus filhos, alunos etc. Nessa perspectiva o *Estado paternalista é criticado*, devendo, portanto, manter-se *distante*, porém *nunca tão perto do que está agora*, controlando *todos os passos* dos cidadãos, das instituições.⁽⁵⁾

O cenário da atual crise há muito vem se esboçando, mas o governo tem conseguido amortecê-la: ameaça de falta de energia elétrica, corrupção nas hostes governamentais, desemprego, violência física e



insegurança contra as pessoas. Nesse estágio, algumas políticas estatais são postas em curso para escamotear a barbárie neoliberal, sustentada pelas *estruturas mundiais de poder* e que se colocam na pauta de um governo que não tem plenos poderes no âmbito nacional.

O recente episódio, provocado pela *crise do setor energético* em 2001, mostra o quanto o Estado sendo invadido por aquelas estruturas mundiais também invade a vida privada dos cidadãos. O véu da impunidade das políticas neoliberais é desvendado mostrando que os problemas que antes estavam evidentes, palpáveis, para uns, para outros pareciam não incomodar tanto. O desemprego estrutural e a impossibilidade de acessá-lo no mercado, o que há muito está patente, talvez não causasse tanto incômodo às elites quanto o produzido pela escassez de energia elétrica decretada oficialmente.

Há tempo essa crise estava anunciada na *imprensa e no próprio governo*, esbraveja Moraes (Apud ATTUCH, 2001, p.48). Nesse momento observa-se que as elites, até então parecendo imunes ao *horror neoliberal*, entram em pânico e reagem diante da ameaça do racionamento de energia elétrica, responsabilizando o governo brasileiro pelo que está ocorrendo.

O episódio põe o *rei a nu* de tal modo que os argumentos do governo como adesista aos ditames neoliberais não convencem sequer seus próprios aliados políticos. Menos ainda convence os setores organizados da sociedade – sindicatos, partidos políticos de oposição, novos movimentos populares como os *SEM teto e terra* - que há muito entraram no embate político divergindo dos interesses espelhados no projeto neoliberal.

No momento em que todos somos tomados pelo sentimento de desencanto – tivemos que desligar os equipamentos eletrodomésticos e eletrônicos, apagar as luzes, não apenas dos espaços privados, mas do galpão da indústria, da vitrine, do outdoor - nos quais investiram durante anos. Uma vez que a escuridão ameaça a todos, vemos igualmente assim reagindo tanto as elites (empresariado) quanto as classes médias e os pobres.⁽⁶⁾

Denunciando o racionamento da energia elétrica - medida política com repercussões econômicas e sociais imensuráveis, nesse momento – o vemos como uma expressão de *barbaridade*, e chamamos a atenção para



os extremos a que é capaz de chegar a racionalidade do mercado. O distanciamento criado entre o homem e a natureza o fez destruí-la, em tais proporções, que levou ao desequilíbrio ecológico. Atualmente a natureza vem se voltando contra o próprio ser humano, através de fenômenos como terremotos, maremotos, enchentes, secas e ciclones provocados pela destruição desordenada a que foi submetida, devido à poluição causada por agentes químicos.

Tal situação vem sendo objeto de atenção de ecologistas e estudiosos de diversos campos (cientistas sociais, médicos, físicos, químicos), os quais advertem sobre os riscos a que está exposta a humanidade. Dentre esses a falta d'água no planeta terra.

Esses fatos põem a sociedade sob alerta, perplexa, sem saber muito o que fazer nem em quem confiar, porque os laços assegurados pela promessa da modernidade ou da pós-modernidade, de ampliar a produção e o consumo se romperam. Desfez-se a garantia de melhor qualidade de vida, de mais conforto. As referências do poder de decisão foram transpostas da autoridade nacional, regional, local para a transnacional.

No atual estágio de desenvolvimento do capitalismo competitivo a hegemonia do mercado sobre o Estado tem levado a que as decisões sejam tomadas de forma (neo)corporativa, guardando um certo *segredo* por parte dos governantes e empresários para favorecê-los. Essa possibilidade aos poucos vem sendo descartada, uma vez que diante da dura realidade que a maioria da população (trabalhadores, desempregados) enfrenta, essas artimanhas tendem a durar pouco tempo, vindo, não tarde, a tornarem-se públicas. ⁽⁷⁾

Durante as campanhas eleitorais de Fernando Henrique Cardoso (1994 e 1998), através do marketing de que se utilizou, manteve, dentre outras, as promessas de conter a inflação, de assegurar a estabilidade da moeda, o desenvolvimento do país. Aparentemente, os juros baixaram, os preços caíram no mercado, povoando o imaginário popular, que chegou à euforia das possibilidades de consumo.

A proclamada *estabilidade* nos preços dos produtos da cesta básica (por algum tempo); e de outros, como o do frango abatido, possibilitaram que os mais pobres os incluíssem na sua dieta alimentar. Com a equiparação do dólar americano à moeda nacional (real) a classe média realizou o sonho imediato de viajar ao exterior, sem maiores sacrifícios. Para os menos avisados

prevalecia a impressão de que estávamos salvos de males históricos, como a inflação, de que padecia a nação.

Ainda que movidos pelo desencanto, vemos que o modelo excludente poderá se desfazer no ar, conforme anunciou Marx sobre o capitalismo do seu tempo (século XIX). Isso vem sendo demonstrado, ainda que os governos que aderiram ao neoliberalismo insistam em manter uma falsa imagem, de *Brasil grande*, recorrendo a articulações espúrias entre os seus aliados na política, sobretudo no Congresso Nacional, entre os governadores e prefeitos.

Para cumprir as metas do projeto neoliberal procura desencadear, ainda que sob protestos de setores organizados da sociedade civil e de políticos de oposição, um arrojado programa de privatização das empresas estatais, ligadas aos setores de infra-estrutura: aço, energética, telecomunicações. Congelou os salários do funcionalismo público ligado ao Executivo em todas as instâncias, numa prova cabal de obediência aos ditames dos organismos financeiros internacionais, e aos princípios haykenianos, segundo os quais o *conhecimento econômico passa pelo conhecimento prático (tácito)* na tomada de decisões (HILARY, 1998, p.13).

64

No atual patamar de evidências da perversidade das políticas de aporte neoliberal, os fatos e as reflexões que sobre eles recaem dão mostra de que esse modelo político e ideológico é refutável; o que ele idealiza e produz não é compatível com a natureza humana nem com a natureza natural. Tudo se mostra com clareza, não apenas aparentemente ou independente da vontade das pessoas e escapando ao controle humano. Porém, na prática, os governos que acatam as idéias e as práticas neoliberais, desenvolvendo-as em seus territórios, têm consciência das decisões e dos compromissos que estão assumindo. Não é esse o modelo econômico, político e social que queremos nem merecemos, é assim que entendem os cidadãos que estão colocados à margem das decisões, mas, as compreendem como perversas.

Estamos, pois, diante de um embate; melhor dizendo, de uma encruzilhada e somos responsáveis, também, por sua ultrapassagem. Precisamos (re)assumir o nosso destino, encontrando alternativas tais como as que sugere Hilary (1998, p.14). Fortalecer-nos com uma nova forma de poder (...) que emana da transformação interna das instituições de dominação, da democracia: a massa das pessoas deve evocar o seu potencial de inteligência, para, através da luta, evocar direitos recuperando o princípio do social.



Nesse particular, o conhecimento prático é *parte integrante do mecanismo social de qualquer trabalho ou atividade em particular. Integrase ao fazer, à ação*. Os indivíduos já não podem mais agir isoladamente senão através da *formação de redes, articulando-se com outros poderes (status, riqueza) e tudo isso depende do conhecimento*. Deve manter-se forte a organização dos trabalhadores (e não-trabalhadores), sob a forma de novos movimentos sociais, tão expressivos quanto têm se mostrado nas lutas democráticas dos últimos 30 anos.

Com isso o poder democrático torna-se *fortalecido, desenvolvendo-se compromissos com a participação popular na administração do dia-a-dia das organizações ... o que requer repensar/ampliar a definição de democracia, assim como novos princípios democráticos, aplicando-os tanto à gerência, como à efetiva tomada de decisões* (HILARY, 1998, p.16). Desses poderes, são uma expressão o Movimento dos Sem-Terra/MST e o Partido dos Trabalhadores/PT que no Brasil, recentemente, associam a democracia *representativa ao fazer*.

É nesse *dever* que as forças democráticas presentes na sociedade se articulam, podendo compreender a natureza dos problemas que as afligem e, organizadas, descobrirão que para além desse neoliberalismo opressor, excludente, marcado pela barbárie, surgem novas alternativas – políticas, econômicas e sociais – que o farão desfazer-se no ar não obstante sua pretensa solidez.

65

NOTAS

¹ A partir de 1917, sob a influência de Otto Bauer que regressava da Rússia os marxistas austríacos passaram a adotar posturas mais *internacionalistas e abertas à compreensão do processo revolucionário iniciado na Rússia, (...)*, modificando, assim, o perfil da social-democracia interna. (MARRAMAO, 1986, p.227). Otto Bauer, ao lado de Max Adler, segue a inspiração neokantista e do positivismo de Ernst Mach, quando *procuram transformar o marxismo numa ciência empírica, numa sociologia das sociedades capitalistas, ...* (SANTOS, 1999, p. 25).

² As manifestações da esquerda austríaca foram amplamente divulgadas na imprensa de vários países, tendo repercutido no interior do *movimento operário internacional*. Após a queda do Estado czarista (Revolução de fevereiro) seguiu-se uma onda de greves no interior da Áustria.

³ Escreveu 34 livros, 235 artigos e 25 panfletos. Sua principal obra foi "A estrada para servidão". Faleceu em março de 1992.

⁴ Durante os anos sessenta o Chile foi governado por democratas cristãos, apresentando-se com um sistema político marcado pela *correlação histórica entre fenômenos que apareciam dissociados em outros países da América Latina. ... industrialização substantiva com um peso crescente de intervenção estatal na economia, ... processo de democratização substitutiva, vários setores se incorporavam, progressivamente, ao sistema político e a melhoras nos seus níveis de vida e à existência de um regime político-democrático*. (GARRETÓN,



1988, p.141) Ao final desse período desencadeia-se uma *crise de confiança no modelo de desenvolvimento capitalista. ... crise do Estado de compromisso ... isolamento e desgaste sofrido pelos atores políticos que tinham assegurado até então a direção estatal. O sistema democrático perde legitimidade* (GARRETÓN, 1988, p.144). Quando Salvador Allende assumiu o poder, o país apresentava essa configuração: forças civis e Estado estão articulados, porém essa condição começa a mudar. Abrem-se espaços para as direitas, e em 1973 as Forças Armadas aparecem como as únicas capazes de tirar o país da crise em que estava imerso. O general Pinochet assume o poder como chefe da Nação, reunindo forças tecnocráticas, grandes grupos financeiros e promovendo uma grande escalada repressiva.

⁵ Diante do proclamado princípio de descentralização aplicado à Educação, esta passou a ser tão controlada pelas instâncias centrais de poder como jamais visto. Através de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação, atualmente situado no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, o MEC controla os resultados de todos os níveis de Ensino (Sistema de Avaliação da Educação Básica/SAEB, Exame do Ensino Médio/ENEM e do Exame Nacional de Curso/ENC (PROVÃO)).

⁶ Antônio Ermírio de Moraes, uma das vozes mais respeitadas do empresariado brasileiro, ao lado de outros, em entrevista à revista *Isto é Dinheiro* (196, 30.05.01) avalia a crise energética, anunciando as repercussões econômicas, com o agravamento da crise política e social em curso. Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em discurso pronunciado a 30.05.01, adverte para os efeitos da crise energética e sobre a própria estabilidade institucional.

⁷ Nesse particular, em muito devemos à liberdade de imprensa que, no Brasil de modo especial, tem desempenhado um papel pedagógico significativo. A informação e a crítica são elementos fundamentais ao conhecimento, para que os cidadãos se posicionem frente aos fatos.

REFERÊNCIAS

66

ANDERSON, Perry. In: SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ATTUCH, Leonardo & SÁ, Luiz Fernando. Retrato do desencanto com o Brasil. **Isto É Dinheiro**. n. 196, 30.05.2201. Entrevista com Antonio Hermirio de Moraes.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. 3 ed., São Paulo, 1990.

BORÓN, Atílio. A sociedade civil depois do dilúvio neoliberal. In: SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

BRUNO, Lúcia. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da Educação: desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

CABRAL NETO, Antonio. **Democratização da educação no Projeto Nordeste e seus desdobramentos no Rio Grande do Norte: a memória reconstruída**. 1985. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo, USP, 1995.

GARRETÓN, Manuel Antonio. Evolução política do regime militar chileno da transição para democracia. In: O'DONELL, SCHMITTER & WHITEHEAD (Orgs.). **Transições do regime militar: América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1988.



GERMANO, José Willington. A transformação da questão social e a educação. **Conferência** anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência/SBPC. Natal/RN, 1998 (Texto mimeografado).

HILARY, Wainwright. **Uma resposta ao neoliberalismo**: argumentos para uma nova esquerda. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

HOLANDA, Cristóvão Buarque. O caminho da Modernidade ética é a educação. **Informe ANDES**. Brasília. n. 104, abr., 2001, p. 11.

MARRAMAO, Giocomo. Entre bolchevismo e social-democracia: Oto Bauer e a cultura do austromarxismo. In: HOBBSAWM, Eric J. (Org.). **História do marxismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

QUEIROZ, Maria Aparecida de Queiroz. **EDURURAL/NE no Rio Grande do Norte**: o desafio de transformar a administração educacional municipal (1980/1985/1987). 1997. Tese (Doutorado em Educação). São Paulo, USP, 1997.

ROVIGHI, Sofia Vanni. **História da filosofia moderna**: da Revolução científica a Hegel. São Paulo: Loyola, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 6 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SANTOS, Milton. O mundo, o Brasil & globalização. O horror não dura eternamente (entrevista). **Rumos**. n. 4, jun. 1977.

STADITE, João Pedro & TEIXEIRA, GERSON. Os enganos da reforma neoliberal no campo. **Cadernos**. n. 229, fev./mar. 2001.

STADITE, João Pedro. Banco Mundial e FMI. **Cadernos**. no. 229, fev./mar. 2001.

THERBORN, Göran. A crise e o futuro do capitalismo. In SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

TOMMASI, Livia De; WARDE, Mirian Jorge; HADDDAD, Sérgio (Orgs.). 2 ed. **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1998.

WEIS, Luiz. A lei, ora a lei. Artigo. Disponível em <http://www.estado.estadão.com.br/edição/pano/99/08/09/ARTBTXT.HTM>. 10.08.99. Acesso em 14.05.01.